

## **I - Marco Teórico para uma análise social de matriz libertária**

### 1) Sistema (modo) de dominação

Constitui uma categoria teórica para conhecer e pensar a totalidade social pelo seus próprios caracteres. Conceito para discernir o “núcleo duro”, configuração dos elementos constitutivos que fundam e dão sentido de existência à essa totalidade social.

Em nosso caso o sistema capitalista. Seria parte deste núcleo constitutivo a propriedade privada; a exploração; o disciplinamento dos corpos; a modalidade de representação administração e justiça; um sistema coercitivo e repressivo; a existência de classes sociais: ou seja, uma burguesia (em seu sentido genérico), trabalhadores (também em seu sentido genérico) e a distribuição de gente no trabalho e na exclusão social cada vez maior.

Esse sistema de dominação está formado por:

(a) Uma estrutura global formada por distintas esferas, entre elas:

- estrutura econômica;
- estrutura política-jurídica-militar;
- estrutura ideológica-cultural (idéias-representações-comportamentos-modo de informação, tecnologias de poder a ela unidas).

(b) Estrutura é o conjunto de elementos da organização social e suas relações, presentes no sistema de dominação.

O conceito de estrutura se aplica, pelo menos, de duas formas: para as relações de mudança mais lenta e para as relações de mudança mais rápida. São distintas as velocidades de mudança e de transformação. Por exemplo, uma estrutura como o Estado pertenceria as de mudança lenta e as práticas políticas as de mudança mais rápida. Tampouco se tenta a priori estabelecer homogeneidade de tempo entre as distintas esferas que compõe a totalidade social. Seu ritmo de mudança, dito em termos “teóricos” é questão para precisar com muito cuidado. O ritmo de mudança do ideológico, para tomar um caso, é mais “lento” que o político ou econômico.

Não se estabelece a priori o domínio de uma estrutura sobre a outra, essa dominância é produto das análises respectivas. A estrutura global não tem domínio pré-estabelecido de suas esferas.

(c) Essa estrutura global não têm determinação a não ser interdependência. O “determinante”, se queremos usar o termo, é o núcleo duro do sistema. As distintas esferas da estrutura tem autonomia relativa, com elementos específicos que constituem no seu interior outras esferas menores. Autonomia que existe entrecruzada, em permanente articulação e influência mútua. São esferas interdependentes.

Desde o século XVIII o sistema capitalista classifica gente em condições de produzir e pensar, com prévio disciplinamento dos corpos, em lugares precisos. Grosso modo (e como modelo) em burguesia, em suas distintas frações, e classe operária e setores sociais a ela vinculada, desempregados por exemplo. Uma estrutura de dominação que não se reproduz só no econômico mas em todas as esferas: jurídico-político, ideológico, cultural. Estimando-se que esta parte ideológica (em sentido amplo) é de primeira ordem em tal reprodução e desdobramento como sistema. Está presente em diferentes módulos de poder que abarcam e possibilitam o funcionamento e manutenção do sistema.

A metáfora arquitetônica de infra e super estrutura não dá conta desta totalidade e seu funcionamento interno. É um reducionismo que não pode explicar múltiplos e relevantes problemas de nosso tempo e nem sequer muitos e transcendentais do período industrial do capitalismo. De igual maneira tampouco de como se agrupam e funcionam as distintas classes em seu seio. Nesse esquema se tenta explicar tudo pela economia, pelas forças produtivas e a exploração.

(d) O sistema de dominação é dinâmico e atravessa várias etapas históricas mantendo elementos estruturais que o reproduzem em suas distintas variantes em seu devir histórico.

A estruturação da sociedade está baseada em última análise nas relações de poder e dominação, relações fundamentais que atravessam todas as esferas e configuram modos de articulação da estrutura global com seu característico núcleo duro. O poder circula por todo o corpo social, pelas diferentes esferas estruturadas. Vale dizer por todas as relações sociais. Teríamos assim poder no econômico, jurídico-político-militar, ideológico-cultural.

## 2) Formações sociais concretas

A diferença entre modelos teóricos e formações sociais concretas que coexistem em uma mesma região, nações, são formas de vida sobre um sistema de dominação hegemônico. Como uma contra cara, é o conhecimento pragmático que não chega a ter um grande nível de abstração, mesmo porque na realidade não se encontram “modelos puros”. Os elementos constitutivos do capitalismo operam sobre todas estas formações.

## 3) Elementos gerais das conjunturas (e vida social cotidiana).

É o momento atual, um tempo social determinado. Toma a mesma definição da conjuntura.

A constelação de estruturas de dominação que circulam pelo corpo social, que não é o mesmo conceitualmente que “centros de poder” devem ser tratadas no que denominaremos: vida-cotidiana-social. É necessária uma prévia análise das forças sociais que possuem graus de antagonismo. Este grau de antagonismo latente é a matéria prima para o trabalho de qualquer organização política com intenções de mudança. Dessa constelação se priorizará as que pareçam poder constituir forças sociais que tem graus de enfrentamento pontual ou geral com o sistema.

## II – Ideologia, sujeito e força social

É preciso prevenir certos usos da noção de ideologia:

(a) Que não se encontre sempre em oposição virtual com algo semelhante a verdade;

(b) Não fazer residir sua diferença entre o discurso que leva o conceito de cientificidade e de verdade, e o que não leva, mas ver historicamente como se produzem efeitos de verdade dentro dos discursos que em si mesmos não são verdadeiros ou falsos;

(c) Finalmente em não considerá-la em simples posição de reflexo da estrutura econômica. Não obstante, isto não implica a identificação de ciência e ideologia. Está implícita, além do mais, uma negativa em dividir as idéias e as ações em domínios afastados entre si.

Esta perspectiva do ideológico desloca o foco da atenção das sublimes idéias da elite intelectual aos discursos mundanos das diversas instituições disciplinares que afetam diretamente a vida cotidiana das massas.

Importante tomar a idéia básica de que a ideologia é uma coisa e o saber científico é outra. E que a ideologia não tem como objeto conhecer.

Determinados momentos históricos produzem com peso um conjunto articulado de idéias, representações, noções no interior do imaginário dos distintos sujeitos sociais. Um conjunto articulado de caráter imaginário, que toma a forma de “certezas” defendidas pelos mesmos sujeitos sociais. Isto é o que pode transformar estes sujeitos em protagonistas de sua própria história ou em sujeitos passivos e/ou disciplinados pelas forças dominantes. Isto é o que chamamos de ideologia.

A ideologia tem a ver diretamente com a constituição histórica dos sujeitos sociais, e, com a forma como eles se expressam na sociedade. É algo bem distinto da noção de ideologia

como falsificação da realidade, justo porque ela é um dos componentes fundamentais de qualquer realidade social.

Se na Ideologia Alemã Karl Marx afirma que a consciência é um espelho da “realidade”, para a psicanálise é uma “máquina teatral” onde a representação é irredutível para as leis do representado.

Segundo Freud, o sujeito real, o indivíduo, não tem a figura de um ego, centrado no “eu”, na consciência ou na existência, que o sujeito humano está descentrado, constituído por uma estrutura que, também ela, não tem “centro” senão no desconhecimento imaginário do “EU”, no inconsciente, isto é, nas formações ideológicas em que ela se reconhece.

A ideologia tem em sua constituição elementos de natureza não científica e que contribuem para dinamizar a ação, motivando-a com base nas circunstâncias que não derivam em sentido estrito delas. A ideologia está condicionada pelas condições históricas, ainda que não esteja determinada mecanicamente por elas.

Teoria, ideologia e utopia costumam se confundir na busca dos objetivos dos sujeitos históricos que se formam. Entretanto, cada um tem suas características.

Nesta relação entre ideologia e produção de sujeitos históricos, relação que se não existisse, não haveria nem ideologia nem sujeito, é que se conformam os momentos de vigência ideológicos. Bem como, os sujeitos/agentes históricos se expandem e levam hegemonia aos corpos sociais, a partir da vigência das ideologias. Estes momentos podem ter expansão chegando a se totalizar, em outros casos as ideologias se sobrepõe na mesma sociedade ou ficam vivendo em zonas isoladas.

Os velhos socialistas falavam de construir uma nova civilização. Durruti disse que levamos um mundo novo em nossos corações. Fazem alusão a valores, a uma nova forma de vida, de novas relações sociais. Se algo ensina a história, é que isto não se produz de cima, requer construir um novo sujeito social. E para esta construção é fundamental a participação ativa, transformadora, desse sujeito. Se não tem tomado contato com novas, ainda que sejam incipientes, relações sociais, esse sujeito social não pode ter outros referentes que os conhecidos e os que tende a reproduzir.

É construindo força social e tomando ativa participação nela que se podem formar embriões da nova civilização ou do “homem novo”, de outro sujeito. Digamos que este é o tema de como se transforma a consciência, para usar a linguagem clássica. Pelo que tem se visto a economia por si não transforma a consciência. O que o sujeito vive e como vive cotidianamente, historicamente, no marco de determinados dispositivos, seria o elemento principal de mudança de sua consciência.

Teóricos como Michel Foucault entre outros, dizem com sólidos fundamentos que o homem não é o centro da história. O que está no centro da história são as lutas pelo poder e a economia. O homem é como fazedor de coisas tais como a história. Rompem com toda uma tradição filosófica humanista. Isto implica também nos fatos romper com a noção de “sociedade civil” clássica, o conceito de sociedade formada por soma de indivíduos, por cidadãos, por pessoas livres, etc.

Em uma mesma coordenada de pensamento M.F. tem dito que se fala muito de classe mas pouco de luta de classes. Se o processo não tem sujeito, no sentido clássico do termo, tem então mecanismos, dispositivos, forças sociais. Os fazedores de história seriam massas e classes. Especialmente classes (conjuntos sociais), grandes coletivos, operando como forças sociais.

Um conjunto estruturado de determinada maneira, um sistema, localizaria os agentes em lugares e funções distintas. Para evitar qualquer equívoco comentamos que estamos falando sempre de seres humanos em determinados contextos e mecanismos sociais e históricos.

Quando diz M.F. que se fala pouco de luta de classes está dizendo que os marxistas separam, por idealismo diriam eles mesmos, as classes como um momento separado da luta de classes. Tudo parece indicar que as classes se constituíram no mesmo momento e durante luta. Está dentro desse debate o problema da chamada “consciência de classe”. Para Kautsky e Lênin a ideologia de classe, sua consciência, vinha de fora da classe. Se encarregava dessa rude tarefa a pequena burguesia intelectual de credo socialista. Já parece que ninguém com rigor expressamente toma a sério essa tese. Mas coexistiu com esta tese outra que estabelecia que as

condições materiais de existência geram quase automaticamente uma ideologia, no caso do proletariado, a ideologia proletária, ou seja, consciência de pertencer a um setor antagônico dentro do sistema dominante.

### III – Poder e Estado

Está claro que isto nos leva ao tratamento de outro conceito: o de poder. Ferramenta imprescindível. Os estudos que parecem mais rigorosos nos indicam algumas questões fundamentais a saber: que o poder circula por todo o corpo social, pelas diferentes esferas estruturadas. Vale dizer por todas as relações sociais. Teríamos assim poder no econômico, jurídico-político-militar, ideológico-cultural. Teríamos poder em todos os níveis da sociedade. Nas escalas menores o poder adquire importância também a luz da formação de embriões de nova civilização, na trama de diferentes formas de auto-organização ou autogestão. Há um universo social do cotidiano, de dimensão pequena, que é uma fábrica de produção de novas noções, resistências e técnicas de poder popular. Em grande escala o teríamos em lugares de maior “volume”, concentrado, também com maior irradiação.

Uns e outros estudos nos dizem ou sugerem que o poder não está nas instituições ou nos aparatos. Mas que eles nunca são amorfos e que estão sempre penetrados. Ou seja, pelo seu interior circula o poder, que essa é sua forma real de existência. Aqui vem abaixo as clássicas teses marxistas, de economistas e cientistas que separam as estruturas econômicas, quase sempre a de produção, como antecedendo o poder ou separadas dele. Articulada a estrutura de produção, por exemplo, está o poder, as classes, a luta, a resistência. Existem simultaneamente e assim se deflagram. Seguindo este exemplo, dizer produção no sistema capitalista é dizer classes, dizer mais-valia é dizer exploração, dizer classes é dizer grau de resistência.

Michel Foucault alerta sobre isto: “o sistema capitalista penetra muito mais profundamente em nossa existência. Este regime tem se visto obrigado a elaborar todo um conjunto de técnicas políticas, técnicas de poder, por mediação das quais o homem se encontra ligado a uma realidade como a do trabalho; todas estas técnicas constituem um conjunto que faz que os corpos e os tempos dos homens se convertam em tempos de trabalho e em força de trabalho... Mas para que haja mais-valia, é preciso que haja subpoder; é necessário que uma trama de poder político microscópico, capilar, enraizada na existência dos homens haja se instaurado para fixar os homens ao aparato de produção... O vínculo do homem com o trabalho é sintético, político, é um laço traçado pelo poder... Vemos assim como a destruição da mais-valia implica necessariamente o questionamento e o ataque ao subpoder...”. Parece que vale o mesmo para a análise do sistema de dominação globalmente visto.

O poder estaria assim só nas relações sociais, nos diferentes campos das relações sociais e o aparelho de estado estaria contendo com toda sua dimensão, circulando pelo seu interior, certa síntese de poder dominante. Sendo assim nem nas estruturas nem nas instituições reside o poder, mas no campo das relações sociais. E não somente no político senão no econômico, ideológico, jurídico e todas as instituições do sistema.

De todas as maneiras fica o problema do Estado como lugar de “condensação” de diversos poderes, como lugar específico que tem sua própria “autonomia relativa” e que é capaz de manter e reproduzir privilégios de diferentes ordens. Sua dinâmica centralizadora, apta só para dominação, sua função repressora e controladora. Talvez com supremacia com respeito a outros poderes que cumprem funções da mesma categoria. Além da dimensão de sua produção e certa especificidade enquanto parte do poder dominante.

Mas a maioria dos estudos sobre o poder do Estado se centram muito na parte empírica, no aparelho de estado. Um aparelho: parlamentos, instituições policiais e militares, educacionais, burocracia que pese estar penetrada pelo poder dominante teriam também, ainda no condicionamento desse marco, sua autonomia relativa. Sem dúvida é de importância ver como se dá esse jogo. De “coisas” que são dinâmicas e não mecânicas.

A produção teórica sobre o estado é pequena e algo confusa. Equivocada, muitas vezes.

Premissas que tenham valor para o estado em geral, vale dizer, para o estado nos diversos sistemas históricos, não surge com rigor muita coisa. Mas o que surge e que tem consenso bastante geral é: que possui o monopólio da força repressiva organizada; o monopólio

da “Justiça” e vendendo esta idéia de “justiça”, seu caráter de defensor e sustentador de privilégios, possuidor de dinâmica centralizadora, e anuladora do “espontâneo”, do que não controla. É o gestor da grande operação do normal e anormal, do sequestro do corpo. Estas são premissas gerais do Estado, que, sem dúvida, tem importância.

Também tem certo consenso que o estado reveste formas distintas em cada um destes sistemas históricos, que sua articulação com o resto dos elementos é específico em cada uma destas oportunidades. Mais ainda, que a forma como se articula é um elemento constitutivo do sistema, o que rompe com o que é uma simples relação de um elemento com outro. Fica longe a noção de simples superestrutura determinada pela base. Igualmente o conceito de uma classe moldando a seu gosto a forma de estado preferida e usando-lhe à vontade. O Estado, os Estados, se constituem e articulam em processos complexos em cada sistema histórico. Por exemplo, a classe burguesa tem que remodelar um estado que já vinha de antes e que tem suas coisas próprias. A “nova classe” burguesa se adapta a dominação existente, resultando outra conformação do poder político.

Talvez não mereça nem consideração rigorosa esse conceito ultra-simplista, pra dizer o mínimo, que identifica o estado com a sociedade. “O estado somos todos” “O Estado é de todos” e outras ocorrências de tão ou menos imaginação.

O estado merece um tratamento especial, pois está vinculado a toda uma estratégia histórica da corrente marxista: a tomada do poder do Estado. O conceito de poder destas concepções está mais que nada, relacionado com o Estado. O que sugere a idéia de que o poder está no político e que não circula nas outras esferas. Então tanto para a social-democracia como para o marxismo-leninismo a tomada do Estado foi à via estratégica principal. Critério estratégico que, por outra parte, tem estado, e segue estando, como tema central nas distintas guerrilhas. O distinto, a este respeito, é a proposta do zapatismo que tem certas afinidades com a concepção libertária.

Aparece unido a este enfoque, a esta conceitualidade, o conceito vanguarda. Nos fatos havia uma só direção: do partido à classe e à população toda. A crença de que a população, e seu sujeito histórico a classe, devia permanecer subordinada ao Partido e que sozinha era incapaz de criar instâncias de liberação. Também a crença de que no seio da sociedade capitalista não se podem gerar, desde baixo, básicas condições para sua ruptura. Não importava então o grau de desenvolvimento de auto-organização, de autogestão de instâncias populares. Não se tratava, no fundo, de criar um povo forte mas um partido forte. Reduccionismo político total, filho, por outra parte de toda uma concepção geral reducionista.

O socialismo real da URSS, China e Cuba lançam luz sobre este fenômeno e a conceitualidade que lhe serve de cobertura. Hoje diz Fidel Castro, por exemplo, que a revolução pode ser destruída de dentro porque a mentalidade existente não é fecunda ao socialismo.

As crenças de que o principal é gerar mudanças desde a “infra-estrutura”, a economia, para mudar as mentalidades, de que o fundamental é tomar o poder do estado e operar dali, e a importância da vanguarda para dirigir este processo ficam hoje mais que questionados, poderia dizer despedaçados em qualquer análise descritiva de rigor. Essa descrição que é necessário articular para a produção de hipóteses de caráter teórico.

A concepção libertária, ao não ficar aprisionada no esquema que chegou a se impor e até se catalogar como científico, nadou sem se afogar, com muita riqueza sobre a problemática estado. Ao grau de que ainda alguns estudos de velhos tempos dizem muito.

Segue sendo de primordial importância, mais em teoria política, estabelecer a relação existente entre o estado, o poder em geral, as classes sociais e as vias idôneas para alcançar o socialismo.

#### **IV – Estratégia e tática**

Se diz que como se “vê” uma coisa, que idéias teórico-políticas se adotam, que tecnologia social se põe em funcionamento, resulta de primordial importância para as práticas que queiram se executar e deflagrar. Em tal contexto a teoria tem efeitos de primeira ordem no terreno das práticas. Também, por lógica, o devesse ter para si mesma. Para sua própria

produção. Resulta conveniente ressaltar com ênfase o caráter particular que possui a teoria, seu caráter de “caixa de ferramentas”.

Localizar teoricamente a via estratégica para a mudança é um tema de primeira ordem. O campo socialista libertário, com várias lacunas, tem insistido historicamente nesta ordem e proposto algumas orientações gerais. Isto é muito comparado com o que cai aos pedaços.

É pertinente reiterar aqui fragmentos de opiniões que já verteu a FAU em 1970 sobre o tema estratégia, são conceitos gerais usados para pôr um marco de trabalho sobre a temática, mas ao mesmo tempo contém uma orientação geral que pode se dizer, hoje em dia, que tem validade, contém um saber que esclarece o campo geral a que se refere. Os ajustes e mudanças que correspondam serão matéria deste processo de trabalho em que estamos. Vejamos:

“A atividade de uma organização política supõe uma previsão do devir possível dos acontecimentos durante um lapso mais ou menos prolongado, previsão que inclui a linha de ação a adotar pela organização frente a esses acontecimentos de maneira a influir sobre eles no sentido mais eficaz e adequado.

Estas previsões é o que se chama linha estratégica. Uma linha estratégica é, habitualmente, válida enquanto perdura a situação geral a qual corresponde (por ex.: a estratégia de luta prolongada, de criação das condições e o desenvolvimento de ações de luta armada no marco do processo de deterioração econômico-social com sua previsível derivação em endurecimento das lutas).

Naturalmente, se a situação geral experimentasse mudanças muito importantes, estes alterariam as condições dentro das quais tem que operar a organização. E esta, se quer atuar com eficácia, teria que revisar sua estratégia para adequá-la a nova situação.

Observa-se que tudo isto não implica modificar os objetivos perseguidos, os fins, nem os princípios ideológicos. A estratégia se mantém em um plano mais modesto, mas decisivo, que tem a ver com a operatividade, a prática política da organização.

Cabe esta ponderação pois frequentemente, existem tendências a converter em “princípios” o que só são e podem ser formulações estratégicas, válidas na medida em que se adequam, em que são eficazes para operar em uma situação dada. Mas que podem chegar a ser perigosas na medida em que as queira converter em dogmas de aplicação e utilidade universal.

A situação, a realidade (que se dá em forma dinâmica, na forma de situações variantes e sucessivas) é o único “juiz” idôneo para decidir essas controvérsias.

Mas a estratégia proporciona só alinhamentos gerais para um período. É a tática o que a encarna na realidade concreta, atual, o que a traduz em fatos.

As opções táticas, na medida em que respondem a problemas mais precisos, concretos e imediatos, podem ser mais variadas, mais flexíveis. Sem dúvida não podem estar em contradição com a estratégia.

Uma concepção estratégico-tática adequada tem que levar em conta, como dissemos, a situação real do período para o qual se prevê. Mas com isso não basta. Os fatos, a prática, a experiência “pura” não bastam. E mais. A experiência “pura” não existe.

Toda organização que atue politicamente chega a uma concepção estratégico-tática a partir de certos pressupostos (implícitos ou explícitos) que são ideológicos, teóricos.

Não pode existir uma estratégia apolítica, neutra ideologicamente. Nem existe a possibilidade de deduzi-la de uma análise supostamente “objetiva”, asséptica ideologicamente. Quem confia na possibilidade desta análise, de uma definição carente de orientação ideológica, se limita –quase sempre- a aceitar como nível máximo de desenvolvimento “político” o que pode derivar do desenvolvimento espontâneo. A ideologia é suprida com concepções emanadas do mero “sentido comum”, penetrado sempre de maneira inevitável pelas “comuns” idéias e crenças difundidas pelos grupos sociais dominantes. A única forma de superar estas idéias e crenças “comuns” é enfrentá-las com um conjunto organicamente estruturado e o mais amplo possível de posições, uma ideologia. Esta constitui um motor essencial da ação política e um componente inevitável de toda estratégia.

Toda prática política supõe motes determinados e um sentido que só se fazem claramente discerníveis na medida em que se explicitam e organizam como ideologia.

Aqui também cabem algumas ponderações. Tem sido bastante frequente, que por tais se entendem esquemas de atualidade, translados de outras realidades de maneira mais ou menos

mecânica e, por isso, podem operar como uma espécie de substituto da realidade real, da verdadeira realidade. Durante muitíssimo tempo (e há muitos que seguem nisso) tem se traçado linhas estratégicas e táticas não em base a análise cuidadosa da nossa realidade, senão em base ao que “fulano” ou “mengano” disseram, habitualmente a propósito de situações colocadas em regiões distantes e distintas...

Na América Latina essa maneira de proceder de acordo com “modelos” pré-fabricados tem feito destroços tanto maiores, quanto que, por nosso atraso cultural, temos tido e temos grandes dificuldades para chegar a uma elaboração própria, criativa. Incluso, muitas vezes, a mera informação sobre as condições e circunstâncias locais ou regionais tropeça com grandes obstáculos.

Nessa situação a “cópia”, o traslado mecânico de “receitas” de eficácia provada pela experiência... alheia, se volta um expediente rápido e atrativamente “fácil”.

A reincidência persistente nestas modalidades, especialmente em certos setores da pequena burguesia culta, tem gerado, por reação explicável mas errônea, um critério de subestimação do ideológico, considerado como “teoria” prescindível.

Superar esse critério é tarefa de agora. Disto tem que partir. E avançar no caminho do conhecimento e elaboração teórica mais eficazes como fundamento, cada vez mais firme de uma linha estratégica-tática já definida”.

Para além do que valida as orientações que reproduzimos e pelas indicações do trabalho teórico é conveniente dividir a estratégia em dois cortes temporais:

(a) Estratégia geral ou finalista

Ao que corresponde uma teoria dos aspectos mais gerais e de mudança lenta do sistema e uma política de ruptura dirigida até suas estruturas fundamentais de dominação.

(b) Estratégia de tempo restrito ou campanhas estratégicas

Que se vincula com as mudanças de maior velocidade e que não podem ser reduzidos ao campo da tática. Ao que corresponde a análise de uma formação social concreta em sua atual etapa de desenvolvimento, para considerar particularmente suas condições e possibilidades. Trata-se de encontrar resposta lógica a uma afirmação anterior que dizia: “A estratégia é uma só, o que muda em tempo de refluxo é a tática”. Não muda só a tática, mas também determinados aspectos, ou zonas, da estratégia. A estratégia está concebida em articulação e interação constante com a tática.

## **V – Socialismo, concepção anarquista e prática política**

O socialismo não é um produto puramente acadêmico, uma criação intelectual, uma inteligente experiência de proveta. Ele é uma elaboração teórica que tem detrás uma longa luta dos trabalhadores e do povo. É a constatação dos de baixo que este lugar não é adequado para que nele possa conseguir uma vida digna de ser chamada assim. Há sacrifícios, lutas, sangue e sonhos no interior desse conceito de socialismo. Há uma longa história de resistências. É uma produção histórica vinculada aos anseios dos de baixo. Não é uma ciência é uma aspiração e esperança do ser humano, das classes, coletivos e povos oprimidos.

Tem sua elaboração teórica, isto sim pertencendo ao terreno do saber, dos estudos de fundo, da análise de rigor que trata de estabelecer mecanismos, dispositivos, gêneses, elementos constitutivos, zonas fortes e débeis na reprodução, etapas, conformação das classes, produção de saberes, o jogo que estabelecem os distintos componentes claves do sistema, a criação de diversas construções em prol de manter o controle dos povos. Todo um amplo campo para a ciência social que atualmente tem produzido mais que nada hipóteses de trabalho. São questões que devem ir sendo melhoradas e enriquecidas constantemente, não dogmas de coisas ditas de uma vez e pra sempre.

No atual horizonte epistemológico, as afirmações de Marx contra Hegel, e seu autoproclamado materialismo, é na verdade um idealismo travestido. Segundo estes pensadores,

os chamados estruturalistas, tão fecundos, todo ser humano tem em sua “cabecinha” categorias filosóficas com as quais se explica o mundo e seu lugar nele, por mais precárias que sejam estas categorias, por mais rudimentar que seja em termos de sistema, todos levamos uma carga com a qual enfrentamos o mundo.

Ter consciência de quais são essas categorias que carregamos de forma involuntária e muitas vezes inconscientes, é para nós anarquistas, um imperativo de lucidez intelectual.

Sobre este campo de trabalho científico que em algum momento, no marco de determinada epistemologia, se chamou filosofia, opinou com grande perspicácia Errico Malatesta dizendo rechaço aos dogmas quadrados e uma atitude de abertura as investigações e novos conhecimentos que vão chegando. Certeza no que queremos, pelo que lutamos e abertura para o campo das ferramentas que vamos usando para nosso trabalho, as que hoje são úteis amanhã podem ser suplantadas por outras que resultem mais fecundas.

### **Ensinamentos do capitalismo e a causa dos de baixo**

Especialmente este último século de capitalismo e lutas dos povos deixaram muito material para reflexão e estudo. Nos foram ensinando que o sistema tem uma capacidade muito grande de desenvolvimento e de sortear suas dificuldades ou de digerir suas lutas intestinas; que essas práticas sinuosas não lhe originam crise de profundidade, que até podem ser que sejam elementos constitutivos que lhe dão vida, que asseguram sua deflagração. Nos parece indicar que um sistema assim não se suicida. Também de que não pode se esperar que seu processo interno nos facilite a tarefa, de que tal processo oferece elementos para a chegada do socialismo. Toda sua estratégia de existência é contrária as bases que necessita uma sociedade de outro tipo de relações sociais como a pensada em termos de socialismo.

Os dispositivos, os mecanismos, as tecnologias de poder, as instituições, os hábitos, os comportamentos, as idéias com que inunda a vida social, a mesma forma de encarar a produção de bens e serviços, sua relação com a natureza, exige pôr tal sistema de cabeça pra baixo para possibilitar outra forma de vida social. Mas pô-lo cabeça abaixo com o uso de outras ferramentas. Deste universo social e orgânico não sai nenhum produto bom para os de baixo. As velhas idéias de progressismo crescente na medida do desenvolvimento do capitalismo tem sido sepultadas pela história.

### **Desde o presente mas mudando. Criando Poder do povo.**

É certo que o trânsito até uma sociedade distinta deve ser feito dentro deste sistema. Mas a experiência vivida indica que existem meios, orientações, uso de instrumentos, utilização de instituições, formas de organização de atividades sociais, que devem ser dispensados se é que queremos ir conformando forças sociais capazes de produzir verdadeiramente mudanças nas formas da organização social. Outro enfoque é alternativa imprescindível se queremos ir construindo uma sociedade distinta.

O que demonstra a história, também produções teóricas de rigor, é que esses dispositivos de poder absorvem, exprimem, fazem funcional o que entra em sua circulação. Também fica claro que com a lógica do sistema não podem ser pensados problemas contrários a ele. As experiências das socialdemocracias são paradigmáticas em tal sentido, usando a lógica do poder dominante terminaram pensando igual, olhando com o mesmo prisma a vida social e assim se tornaram impotentes ainda para reformas menores. Não é essencialmente distinto o que ocorreu com a concepção de ditadura do proletariado, ao socialismo real, que tomou estruturas, instituições e até a mesma lógica como herança legítima para seu próprio processo. Todos esses mecanismos, todo esse conjunto institucional não está vazio, pelo contrário, está cheio. Cheio de produções constantes a favor de manter e reproduzir um tipo de ordem social. De manter a dominação. Não parece ser de boa estratégia escolher aquelas vias, aqueles lugares e trajetos que tem dono e o poder de imprimir seu selo ao que ali entra. Quantas organizações políticas, quantos lutadores cheios de ideais e sonhos terminaram pensando com a lógica do sistema e vendo como inimigos a seus queridos companheiros de ontem.



## **Outro caminho, outra produção exige a rota até o socialismo**

Como ponto de partida o caminho é, parece indicar a experiência histórica deste século, não entrar no núcleo duro do sistema com vistas à mudança. Não escolher os elementos que tem a força reprodutora para criar algo totalmente distinto. Buscar estrategicamente os pontos em que resulta mais vulnerável o sistema e onde seu controle é relativo, algo débil e tem “vírus”

Aparece por fora do básico usufruto de bens e serviços enorme quantidade de população. Este sistema de dominação vai sumindo na miséria a maioria da humanidade, a vai excluindo em forma progressiva. Esse universo privado de tudo (indigência) ou quase tudo (pobreza) ou que dispõe acesso a muito pouco do que aspira, (classe média baixa) está composto hoje de cerca de 80% da população mundial. Neste universo tem ido se produzindo uma certa quantidade de mudanças culturais: mecanismos de sobrevivência; formas originais de apoio mútuo; viver com formas transitórias de trabalho. Em tais condições cotidianas de existência aparecem novas técnicas e formas de pensar e sentir. Aparecem muitos comportamentos sociais que não são desejados e sim combatidos pelo sistema. Se descrevem em certos discursos, instituições e práticas sociais e políticas. Há graus de mudança em noções de justiça e direitos, mudanças cujos conteúdos vão tomando distância dos consagrados. Vai se produzindo outro sujeito histórico, tanto no pessoal como coletivo.

A reprodução não é total nem tampouco é o disciplinamento oficialmente estabelecido. A luta, a resistência, tem estado presente através de toda a história. Ainda que ela haja tomado diversas formas.

## **O sujeito de mudança tem que ser produzido para avançar até o Poder Popular**

“O sujeito também é uma produção histórica” nos avisam os estudiosos e por tanto tem que por em funcionamento práticas de libertação que o vão produzindo e organizando. Ou fortalecer aquelas que já estão funcionando.

Outro sujeito histórico não virá do nada, não aparecerá como arte de magia, deve ser o fruto de práticas que internalizem outras questões que chocam com o dominante. A participação efetiva, a autogestão, a ação direta, a forma federal de funcionamento realmente democrático, a solidariedade e apoio mútuo, necessitam de mecanismos, organizações, práticas regulares para seu desenvolvimento. E só se produzida no povo poderá fazer realidade a mudança. Parece certo que necessita constantemente de organização no seio de sua ativa criação. A continuidade que necessita, para um desdobramento que permita a mudança, requer de uma sustentada estratégia. Uma estratégia coerente, para que não se desfie o que em um dado momento se tece. Uma estratégia que tenha em seu interior um mundo distinto que vai emergindo desde o seio de outro que lhe é antagônico. O famoso “usar todos os meios” pode ser uma maneira efetiva de assegurar que não possa se emergir nenhuma estratégia antagônica portadora dos elementos de desestruturação do sistema vigente. Por isso é de principal importância a estratégia estabelecida e as táticas que guardam correspondência com ela. Tanto no social, como no político esta estratégia deve circular pelo interior de todas suas práticas. Deve formar força social correspondente. Fazer realidade em um processo de ruptura o discurso-prática.

Isto não implica o tudo ou nada ou arar no deserto. Deve ser localizado com a maior precisão possível qual é o ponto de partida, o caráter específico que tem o conjunto das relações sociais que configuram e sustentam o sistema e cada formação social histórica precisa em que devemos atuar. Do que é hoje uma crua e brutal realidade social devemos partir, não serve elaborar soluções através de processos mentais independentes que não guardam relação em como são e estão se dando determinados processos sociais concretos. Não devem ser fabricadas realidades a nosso gosto ou para que encaixem em nossos dogmas ou esquemas, pois isto seria mais lúdico que político.

## **Quando os caminhos curtos são os mais longos e enganosos Construir um Povo forte é politicamente o fundamental**

A estratégia marca campos gerais, guias de ação, coordenadas fundamentais, a tática por sua parte deve zigue-zaguear em função da fluidez da ação histórica concreta. Mas esse zigue-zague deve fazê-lo em determinados marcos e com determinados conteúdos, do contrário não fica compreendida em nenhum projeto de mudança. A construção de “Um Povo Forte” requer um determinado trabalho social regular e uma organização política que se articule a esse trabalho.

Usaremos o conceito de social para descrever atividades como as de: Sindicatos, cooperativas, trabalho barreal reivindicativo, D.H., temas gerais e pontuais de tipo reivindicativo ou por melhoras imediatas tais como Saúde, Moradia, unidade Operário-Estudantil, Etc.

Por organização política, uma instância de condensação, que intenta assegurar a continuidade da estratégia, a elaboração teórica, o desenvolvimento de instâncias técnicas, as orientações gerais na conjuntura, dotação de eficácia para as confrontações, a visão geral sobre as lutas parciais, a localização da estratégia do inimigo em cada momento, a aprendizagem constante do que cria a luta popular, a costura das alianças que o processo aconselhe. Também construir uma proposta de funcionamento social para o presente, para a sociedade toda, onde se processe uma mudança sem interrupção. Localizando o mis precisamente possível o Estado como estrutura política especial do inimigo de classe; toda sua capacidade repressiva, todas suas instituições de “perversa fantasia”: eleições, parlamentos, etc. mas tendo presente ao mesmo tempo que o poder dominante não se encontra somente aí, que corre por distintas artérias do corpo social.

Localizamos, assim, o social e o político como dois planos de ação simultânea e devidamente articulados. Mas cada um com sua independência relativa, com sua própria especificidade. Somos assim partidários de um trabalho simultâneo, dentro de um mesmo projeto: da organização política libertária e do trabalho em todo o campo social. Somos partidários da construção do poder popular, como já anunciava a FAU em materiais de 1960 em diante.

Mas devemos dizê-lo, com a intenção de pensar o presente, o fundamental desta posição tenha se inscrito na alvorada mesmo da concepção libertária do socialismo. A revolução social; o Estado como expressão do inimigo de classe; uma sociedade baseada na solidariedade em oposição ao egoísmo cruel do capitalismo; o não uso dos mecanismos do sistema: eleições, parlamentos, não tomar postos no Estado; a não institucionalização dos sindicatos. Foram estas propostas e práticas social-políticas as que marcavam um rumo geral para sair do abraço mortal do sistema, de sua teia de aranha pegajosa, tramposa e por momentos tão atrativa para muitos.

### **Quando uma nova forma de fazer política só é retórica E quando devemos ir a sério na busca dela.**

Nosso projeto de intenção revolucionária compreende hoje, como ontem, a eleição, a busca coerente de caminhos para transitar. Sem dogmas enquanto as ferramentas teóricas a usar, toda produção rigorosa que permita melhor leitura da realidade deve ser tida em conta. Ir à cena com aquela frescura e abertura que nos permita viver nosso tempo, tendo muito presente todas as mudanças que trouxe e traz. Nos dotar, enfim, de uma leitura que localize os reais problemas de nossa época. Ao mesmo tempo com firmeza e intransigência para enfrentar tudo o que produz e sustenta o sistema atual, com o coração e o tesão posto em um porvir que tem que ser construído todos os dias nos diferentes âmbitos de militância.

Nós não duvidamos que a organização política forma parte substancial na construção dessa saída mas desde outros valores, de outras práticas ideológicas e éticas, de outra sensibilidade social. Organização eficiente não é sinônimo de hierarquia. Organização política sempre operando no interior da preocupação das pessoas e formando parte do processo com o povo, convivendo com seu grau de consciência. Aspirando contribuir à sua “elevação” ou modificação positiva com sentimento de pertença a esse povo em plano de igualdade e não das “alturas” do saber.

Organização política que concebemos como diferente de certos “horizontalismos” que contem germes antiorganizativos e que não tem proposta válida para a ruptura e nem sequer para produzir forças sociais.

A ideologia não vem de fora, se produz no seio mesmo das práticas, nas idéias e comportamentos que o povo vai realizando através de seus diversos enfrentamentos. A produção de uma tecnologia social-política nova e “discursos de saber” correspondentes a libertação não podem ser produzidos sem deslocar os que fazem a dominação. São discursos que devem entrar em confronto e que devem abreviar de todas as instâncias de resistência onde o povo protagoniza lutas. Em tal sentido, também a Organização política está em constante reeducação.

Dizem que “o poder existe em atos”, o mesmo pode se dizer da revolução. Como nos faz lembrar M.F., “dada a natureza da política, a radicalidade é da ordem da existência e não do discurso”. Não é um ato isolado. Exige práticas modificadoras, de ruptura, de descontinuidade, em campos como o econômico, o ideológico, o político-jurídico, o cultural geral. Estar lutando e rompendo essa vasta rede de dominação. Tudo isso se concretiza em um processo com ativa participação popular. Um povo que o comporíamos como um amplo espectro dos oprimidos e explorados que designamos nesta etapa histórica como conjunto de Classes oprimidas. Um povo que sofre, dentro das mudanças estruturais ocorridas, uma fragmentação de importância que deve ser superada. Onde estruturas de dominação tem se desenvolvido e surgido em outros lugares que os tradicionais. Estender laços solidários que vinculem, que faça que a unidade de suas lutas constituam um fundamento de primeira ordem para que conformem uma força social capaz de dar lutas efetivas e dar passos com qualidade. Não estamos falando de gradualismo, nem linearidade nem de tomar postos inimigos um a um. Estamos falando de opor sistematicamente, estrategicamente, um universo que compreenda a nova realidade histórica, as mudanças que foram surgindo em complexos processos.

### **O de cima e o de baixo como campos homogêneos Desestruturação do velho**

Um processo revolucionário socialista e libertário tem como condição de existência que sua direção seja de baixo para cima e não o inverso. Desse abaixo e esse acima que se referia Bakunin e que não implicava hierarquia senão instâncias organizativas sociais. Do povo mesmo, de baixo, dos que sofrem o rigor do sistema, dos que resistem, criam e buscam formas organizativas para se defender. Isto implica na militância a produção de uma cultura para seu desenvolvimento na mudança social proposta. Implica, digamos de passagem, também determinadas mudanças, internalização do projeto, convicção no “estilo” e comportamento militante.

A tarefa de remover o velho, deslocá-lo, desconstruir sua estrutura, é tarefa diária e não pontual e episódica. Somos parte da constituição de uma conjuntura e seu aproveitamento depende do que tenhamos feito antes. Tarefa diária que deve ser feita no seio das diversas expressões populares e procurando a maior sintonia com inquietudes e urgências sentidas para que essa condição necessária de participação popular esteja presente. Que não sejam práticas de solitário ou de quem operando a margem de sentimentos populares só atinam finalmente se enojar com o povo. Não é seguidismo de hábitos impostos por séculos de construção de um sujeito para um sistema, é tarefa de todos os dias, de militar para a desconstrução no seio mesmo e de dentro do povo, com o muito já feito por esse povo que pertencemos. É estar atacando estruturas que tem sua genealogia, seu desdobramento e residem em diferentes “territórios” do sistema.

Uma tarefa no marco do território inimigo, vinculada a múltiplas resistências e lutas, a maioria delas reivindicativas ou exigindo melhoras. Pedindo reformas com relação ao existente. Mas como bem dizia nosso teórico Malatesta: a questão não é ir conquistando melhoras mas com que espírito, com que tela de fundo se faz. Agregava que não é o mesmo ir conseguindo reformas que ser reformista. O que vai se construindo de poder popular tem que ter uma meta desde agora: o socialismo. Sem esse objetivo não haverá futuro emancipatório. Esse processo de construção de poder popular pode ir arrancando melhoras e não sintoniza com a premissa algo

mágica de: “quanto pior, melhor”. Tampouco com o muito melhor, muito melhor. Pois este último tem colocado um duro problema, especialmente nos países altamente industrializados: de fato a institucionalização, um grau alto de integração ao sistema, de determinados setores do povo.

Porque queremos um processo revolucionário? Não é uma escolha romântica nem nostálgica. É uma escolha quase descarnadamente racional, lógica. Assenta-se em uma lógica que este século de funcionamento capitalista nos indica, que tem um hoje mais que eloquente em seus horrores. Não há outra saída, e mais, para os debaixo nunca houve no seio dele.

## **VI – Revolução e poder popular**

A natureza das relações de dominação denunciadas pela crítica anarquista e o modelo de sociedade libertária que constitui o central de nossa proposta impõe uma problemática evidente. Por um lado temos observado que cada sistema de organização social, em maior ou menor medida, gera as condições necessárias para sua reprodução e conservação, e as margens para a mudança se mantêm sempre dentro do seu marco institucional. Por outra parte é evidente que a realização da sociedade libertária só é concebível a partir de uma transformação radical das relações de poder ou, o que dá no mesmo, a desestruturação dos aparatos de Estado e o desmonte do poder capilar em favor de uma concepção inédita do poder político. Esta problemática, então, é a que vincula dois temas fundamentais: a revolução e o poder popular.

O anarquismo luta por uma ruptura revolucionária porque sem ela é absolutamente impossível recorrer o caminho de construção final de uma sociedade socialista e libertária, tal qual a concebemos. O processo revolucionário, por sua vez, na mesma medida que favorece a desarticulação dos aparatos de dominação é o que abre caminho para a construção do poder popular, concebido no nosso ponto de vista como o poder revolucionário protagonizado pelas organizações populares. Onde o político e o social adquirem uma nova articulação que o assegura. Articulação inédita na história, que sem sua realização e permanência não haverá poder popular real.

### **Ruptura revolucionária**

Assegurar a viabilidade de realização do poder popular, tal qual o temos definido desde nossa ótica específica, está relacionado com uma definição determinada da ruptura revolucionária. Esta definição constitui um dos núcleos fundamentais do debate estratégico da esquerda latino-americana e dela dependem tanto o curso que possa seguir o processo revolucionário como as características concretas que assumam as ações de confronto com os órgãos repressivos do Estado. Nesse sentido, como anarquistas concebemos a ruptura revolucionária em termos de um desenlace popular (insurreição).

A opção por um desenlace popular se justifica na medida que implica uma maior, mais ampla e mais decisiva participação das organizações populares. Não restam dúvidas de que as possibilidades de construção socialista se fortificam em proporção a participação popular e se debilitam se os eventos revolucionários são concebidos exclusivamente de um ponto de vista bélico ou militar, como a simples colisão de dois exércitos antagônicos.

A amplitude e delicadeza do tema requerem maior desenvolvimento. Mas para os efeitos do que aqui centralmente nos interessa, serve por agora esta definição.

### **A construção do poder popular**

Como já dissemos, nós propomos uma estratégia de poder popular.

O poder não deve ser confundido com o governo. O poder reside no controle sobre os meios de produção de bens (fábricas, campos, minas, etc.), sobre os meios massivos de comunicação (diários, rádios, canais de televisão), nos serviços (transporte, energia, obras sanitárias, comunicações, etc.), nos mecanismos centralizados de decisão (recursos estatais de condução política), nos mecanismos de repressão e coação (Exército, polícia, judiciário, etc...) e, finalmente, nas estruturas ideológicas que justificam a dominação de classe. Deve ser

agregado um poder capilar, disseminado através de toda a sociedade, que pode ter capacidade de reproduzir valores e instituições do sistema.

A natureza complexa do poder obriga a adotar diretrizes estratégias igualmente complexas. Frente a uma estratégia do poder estabelecido destinada a perpetuá-lo, deve se opor uma estratégia das classes oprimidas destinada a construir poder popular. A concretização do poder popular requer a preparação das organizações de classe destinadas a assumi-lo e a assunção destas organizações com a tarefa que lhes corresponde desempenhar, pois edificar o poder popular não significa que os elementos constitutivos sejam conquistados por uma nova classe dominante, supostamente representativa dos interesses dos trabalhadores. A experiência histórica estaria desqualificando esta opção autoritária. Não se trata de colocar o nome de poder popular as velhas e conhecidas formas de ação política e de representação que excluem o povo de toda instância de decisão fundamental. Portanto, não se trata simplesmente de tomar das classes dominantes o atual poder político centralizado, e sim de difundi-lo, descentralizá-lo nos organismos populares, de transformá-lo em outra coisa. De transformá-lo em uma nova estrutura político-social.

Tomar o poder é tomar o poder nas fábricas, nos campos, nas minas, nas oficinas, nas escolas, nos hospitais, nas centrais elétricas, nos meios de comunicação, nas universidades, e o poder é dos trabalhadores e do povo quando são organismos por eles controlados, amplamente democráticos e participativos, os que o assumem apropriando-se das funções tutelares exercidas desde a esfera estatal. Por isso é que uma estratégia de poder popular deve ter como premissa essencial a construção desses organismos e esta é a tarefa política chave que desde já está jogando um papel de primeira ordem na determinação se o futuro revolucionário será socialista e libertário ou não será. Por isso que a derrota da ordem capitalista e autoritária, por um autêntico poder popular, está se jogando todos os dias, em relação a como se orienta e concretiza o trabalho político e social permanentemente.

Assim, criar ou recriar, fortalecer e consolidar as organizações operárias e populares e defender seu protagonismo é ir fecundando, passo a passo, o único socialismo possível. Um socialismo em liberdade, onde todos os avanços que hoje conhecemos sejam postos a serviço de um melhor e humano funcionamento social que beneficie o povo todo.

### **Nova articulação entre o político e o social**

É comum o conceito de que o Estado é a forma inelutável do poder político, com sua estruturação hierárquica e coercitiva, com suas instituições que estão postas sempre no terreno da impessoalidade, acima da sociedade. É bem provável que o anarquismo revolucionário histórico ao repelir as formas tradicionais do poder e da ação política não se preocupou em tratar a fundo esses temas com uma conceituação própria e sobre a base de que são atividades inerentes a sociedade.

O fato é que o papel irrelevante dado a política e sua natureza de poder deixou perguntas sem respostas quanto a realização da sociedade libertária preconizada pelos anarquistas. A expropriação pelos trabalhadores dos meios e recursos de produção da burguesia e a destruição do Estado lançavam dúvidas acerca de como ficaria a função de regulação das relações sociais, função eminentemente política que estaria a disposição da nova sociedade.

Sabemos que é próprio da natureza estrutural do Estado a separação entre sociedade e poder, povo e política e que isto não criado e reproduzido somente nas suas instituições formais, mas na idéia de uma autoridade superior atribuída de impessoalidade que regula a vida social. Então, uma estratégia de poder popular deve tomar em conta a necessidade de uma outra estruturação político-social que descansa sobre o protagonismo das organizações populares e articule o poder entorno da participação das bases nas decisões fundamentais do processo político da sociedade.

### **Frente de classes oprimidas como sujeito revolucionário**

Colocamos em primeiro lugar, a necessidade de um desenlace popular como corolário de um longo processo de lutas de orientação revolucionária e, em segundo termo, o necessário

protagonismo das organizações populares de base, em terceiro lugar uma nova e inédita estrutura político-social que articule adequadamente o protagonismo do povo. Uma nova estrutura anti-autoritária por excelência, que está anunciada desde os primórdios socialistas pelos libertários em linhas gerais e insuficientes.

Estes elementos são partes substanciais de nossa estratégia de poder popular, são condições insubstituíveis de um caminho autenticamente socialista e libertário na peripécia revolucionária de nossos povos. Contudo, requerem de um complemento indispensável ou de uma maior definição de sujeito revolucionário e de suas bases estruturais no que diz respeito ao seu conteúdo de classe. Portanto colocaremos esquematicamente o tema naquilo que é indispensável para os objetivos deste trabalho.

Como temos visto, as relações de dominação próprias de uma sociedade determinada se origina em elemento constitutivo de classes sociais. Por outra parte, as relações de dominação existentes no interior de uma sociedade concreta não só determinam um complexo espectro de classes sociais mas de lutas de classes que as acompanham. O que podemos e devemos de fato definir, a grosso modo, no marco de uma complexa e diversa luta de classes, é o conjunto de classes oprimidas que por sua situação social, por sua condição de segmentos dominados da sociedade, estão convocadas a se constituir no eixo e no motor de mudanças sociais de possibilidades revolucionárias.

Para fixar critérios é necessário ter em conta, em primeira instância, dois elementos:

- 1) o caráter da revolução;
- 2) o espectro das classes nos países latino-americanos.

A revolução que queremos é uma revolução socialista e libertária, portanto delimita desde o princípio amigos e inimigos. Uma revolução anticapitalista e antiautoritária aponta inconfundivelmente ao desaparecimento das relações de dominação e, assim, contra a sobrevivência de todas as classes e camadas dominantes. É uma revolução que pretende o desaparecimento da burguesia como classe – sem as clássicas distinções filantrópicas do reformismo entre a burguesia grande e pequena, nacional ou estrangeira –, o desaparecimento de latifundiários e capitalistas, castas militares e hierarquias estatais. Entre estes setores sociais só o reformismo pode encontrar aliados. A revolução socialista e libertária, precisamente por seu caráter radicalmente anticapitalista e antiautoritário, só pode encontrar combatentes nas classes oprimidas.

Está claro, que nos países capitalistas atrasados e dependentes como os latino-americanos – com a particular estrutura econômica e de classe que isso determina – não pode pensar nas possibilidades de uma revolução protagonizada exclusivamente pelos nucleamentos do proletariado fabril e talvez, nem sequer pelos assalariados em sua totalidade. Menos ainda nesse momento histórico, onde por exemplo em nosso continente temos enormes contingentes de desempregados e subempregados. Onde as estatísticas nos dizem que mais da metade de seus habitantes estão na pobreza ou por baixo da linha de pobreza.

É estratégia básica para a revolução social, de uma frente de classes oprimidas que inclua o proletariado assalariado, os trabalhadores rurais, a grande diversidade de trabalhadores autônomos – setor progressivamente engrossado pela crise e as respostas do sistema ante as transformações tecnológicas –, os marginalizados que reivindicam trabalho, o estudantado – setor potencialmente assalariado no contexto da reconversão produtiva capitalista, chamdo a se constituir em proletariado científico e tecnológico. É possível que tenha que se agregar aqui reivindicações por direitos de distintos setores, tais como o movimento negro, feminista e outros direitos humanos. E considerar, especialmente, de um determinado ângulo, a problemática ecologista. Em linhas gerais, portanto, a frente de classes oprimidas a que nos referimos se constitui como uma rede de relações permanente, ligada programaticamente, da multiplicidade de organizações de base capazes de expressar na luta os interesses imediatos destes setores sociais e de desenvolvê-los e aprofundá-los no sentido de metas e orientações do tipo transformador e socialista. Frente de classes oprimidas que vá conformando suas formas organizativas eficientes para a luta e o avanço.

O conjunto dos setores oprimidos contam com um poder em estado de latência: o poder de decidir o funcionamento ou a paralização da sociedade e o sistema de dominação. Este poder latente é a raiz do poder popular, para cuja concretização se requer uma longa cadeia de mediações. Entre elas, e não precisamente a menos importante, exige uma acabada tomada de consciência socialista e revolucionária. Mas na dinâmica imperativamente coativa do sistema de dominação não é suficiente um povo favorável e bem disposto a mudança – obviamente, muito menos em potencialidades que em nada se expressam –: é imprescindível contar com um povo organizado e em luta por mudanças.

Muito variada podem ser as formas de mobilização e resistência, de reivindicações, das classes oprimidas.

Este combate exige por-se a altura do inimigo em organização, em tecnificação, em preparação para a luta em suas diferentes formas, mas o superando em moral, em democracia interna, em firmeza ideológica.